

134

António Borges & Associados, SROC

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2015

1 - Introdução

A António Borges & Associados, SROC, com sede social em R. Professor Fernando da Fonseca 10-A Esc. 6, com um capital social de 30 000,00 €, tem como atividade principal Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da António Borges & Associados, SROC, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2015, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-enclave grego e principalmente pelo impacto social, político e económico da crise dos refugiados do médio oriente.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2015 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2014 –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência contrária, ainda que com um crescimento muitíssimo ténue, situando-se na ordem dos 1,9% (1,8% no ano anterior), contra os 4% das economias emergentes (4,6% no ano anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro incremento da atividade económica na ordem dos 0,1% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,5%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,5%. Na globalidade, a economia europeia continuou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

As previsões indicam que, em 2015, os EUA continuaram o ritmo de crescimento do triénio anterior (o crescimento estimado prevê-se que ronde os 2,5%, mais 0,1% que em 2014) e a nível europeu, os valores finais apurados em 2015 apontam para sinais de retoma económica, ainda que com um crescimento de cerca de 1,5%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e permanência da desconfiança dos mercados sobre a resolução da crise. A crise grega ainda que mediaticamente mais apagada continua ainda a ser um dos mais relevantes fatores-chave para a leitura macroeconómica da UE no curto e médio prazo. As tensões políticas na negociação entre os países membros e Bruxelas são fatores indutores de instabilidade económica para a macrorregião europeia, já tão economicamente fragilizada de per si.

A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos um desacelerar constante, ainda que não muito vincado, cifrando-se o PIB chinês de 2015 em níveis de crescimento inferiores aos de 2014 (7,3%). O crescimento previsto da economia chinesa estima-se que tenha alcançado os 6,9% em 2015. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de

crescimento. A economia mexicana crescerá a um ritmo superior em 0,2 pontos percentuais ao verificado no ano de 2013 (2,3% em 2014, 2,5% em 2015). O Brasil tem abrandado o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos. A economia brasileira acentuou em 2015, de forma vincada, a espiral recessiva. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas os 3,8%, reforçando desta forma a destruição de valor na economia brasileira. Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa afundou e entrou numa recessão particularmente intensa. Enquanto que os dados de 2014 indicaram um crescimento positivo do PIB de 0,6%, em 2015 esse indicador deverá cifrar-se nos -3,8%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve em 2015 um ligeiro crescimento de 0,6% do PIB que se coaduna com a estagnação existente já em 2014. De acordo com o Economist Intelligence Unit (EIU), o crescimento da economia nipónica será em média 1,1% no período 2015-2030.

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,2043 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0887. Na mesma linha, em 2015, o euro desvalorizou-se face ao franco suíço e face à libra esterlina, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, o Iene valorizou-se face ao euro. Em janeiro de 2015, a eliminação do limiar mínimo na cotação CHF-EUR realizada por parte do banco central suíço, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o Euro, que se mantiveram ao longo de todo o ano de 2015.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 100,5% (101,7% em 2014), 86,0% na UE (86,6% em 2014) e 91,6% na Zona Euro (91,9% em 2014).

No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 5%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2014. Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas em 2014, tendo-se fixando em 10,5% (novembro de 2015). As menores taxas de desemprego são observadas na Alemanha (4,6%) e na República Checa (4,8%) sendo as maiores na Grécia (24,7%) e em Espanha (21,7%). É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 15,3% no final de 2013, para 13,3% no final de 2014, e para 12,2% no final de 2015.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, mas ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Um dos principais fatores de incerteza apontados pelas instituições internacionais tem sido a instabilidade política do último quartel de 2015, que levou ao afastamento do governo da coligação PSD-CDS por acordo parlamentar entre as forças políticas que constituíram uma coligação de esquerda (PS, CDU e BE). São sobretudo apontadas críticas ao potencial nível de incerteza gerado pela decisão tripartida em várias áreas chave da ação governativa e da economia e, em que medida, as forças políticas mais à esquerda conseguirão levar avante propostas dissonantes com a orientação genérica da UE que tem sido seguida nos últimos tempos para o conjunto dos países membros.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2015 um crescimento de 1,5% no PIB, representando uma melhoria face a 2014, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 0,9%. Os resultados agora apresentados são os mais positivos desde 2011. Esta evolução foi determinada pelo contributo mais positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo um crescimento mais intenso das despesas de consumo final e da desaceleração do Investimento. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

A inversão da contração da procura interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2015, apresentando este indicador um crescimento de 0,2%, face ao período homólogo, cifrando-se em 2,4%, em termos reais. O consumo privado seguiu o mesmo rumo, passando de um aumento de 2,0% em 2014 para um crescimento de 2,4% em 2015. O Investimento apresentou uma depreciação quando comparado com o ano anterior (4,3% em 2014 e 2,4% em 2015).

Em 2015, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,8% em termos reais, traduzindo-se numa aceleração comparativamente com o observado em 2014 (variação de 1,4%).

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2015, registando um crescimento de 5,7% em volume (6,4% em 2014), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. As importações de bens apresentaram uma desaceleração mais pronunciada, enquanto as importações de serviços mantiveram um crescimento relativamente estável quando comparadas com o período homólogo.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, no quarto trimestre de 2014, os 12,2%, representando uma descida de 1,3% face ao período homólogo de 2014, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados (118.600 pessoas). A população desempregada foi estimada em 633.900 pessoas, uma diminuição homóloga de 9,2% (menos 64.400 pessoas do que em 2014). A população empregada, estimada em 4.561.500 pessoas, verificou um acréscimo homólogo de 1,6% (mais 69.900 pessoas).

No respeito às taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm flutuado ligeiramente, tendo descido na segunda metade de 2015. A taxa de rendibilidade de Obrigações do Tesouro a 10 anos foi igual em janeiro e dezembro de 2015 (2,49%). O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Após a conclusão, em maio de 2014, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que conduziu à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, a grande questão levantada tinha que ver com a modalidade de relacionamento com a comunidade de credores no futuro próximo. Isto é, quais os moldes em que Portugal pretenderia alicerçar o seu financiamento externo: através do mercado de capitais ou, alternativamente, a despeito de o financiamento ser assegurado por investidores do setor privado, se se preconizaria uma opção assente na existência de uma rede de proteção disponibilizada pelos credores oficiais (instrumentos de recurso como a Linha de Crédito Condicionada Cautelar e o Mecanismo Europeu de Estabilidade). A avaliar pela intensidade de colocação de dívida soberana no mercado, esta decisão tenderá a assentar muito mais sobre a primeira opção. Esta opção, para além da independência económico-política na política interna, fará com que os juros pagos pelo estado português sejam tendencialmente mais baixos, levando, deste modo, a que os encargos financeiros do estado – pelo menos no que diz respeito às grandes operações de financiamento – sejam reduzidos significativamente.

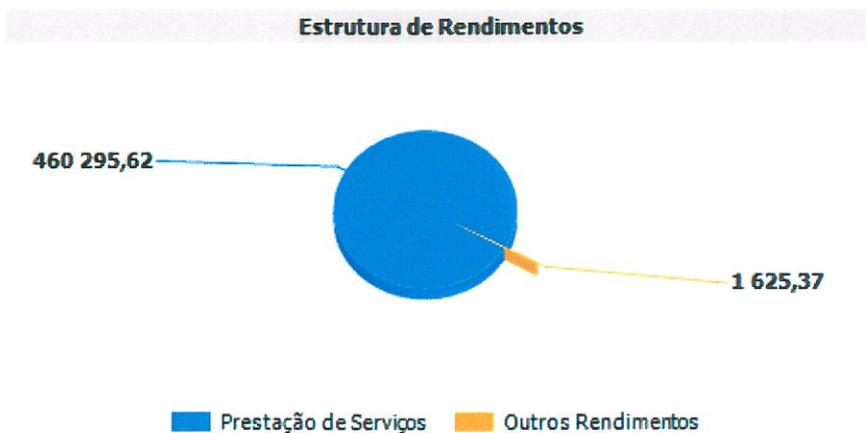
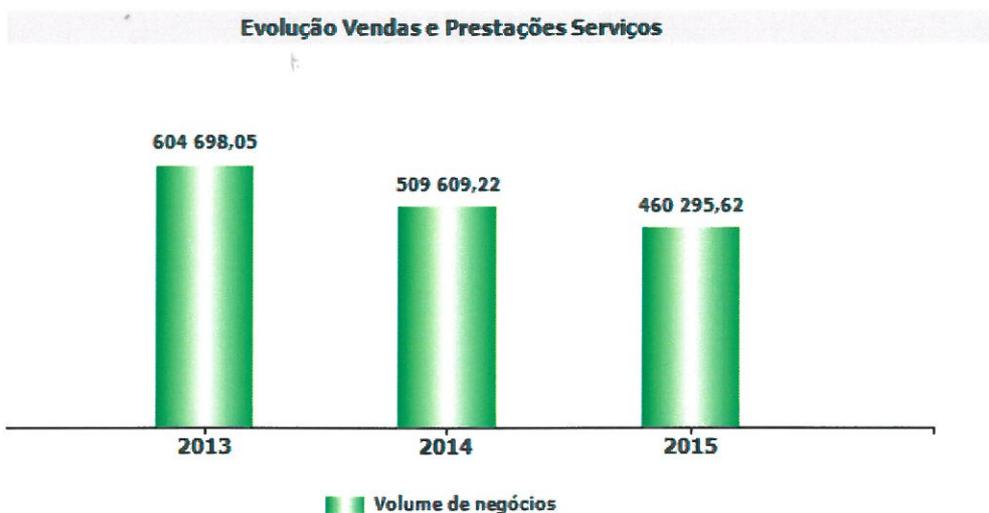
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2015 fixou-se aproximadamente nos 3% do PIB sem o efeito Banif, e de 4,2% considerando o impacto da venda desta instituição financeira.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2015 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 460 295,62 €, representando uma variação de (9,67)% relativamente ao ano anterior.

ma

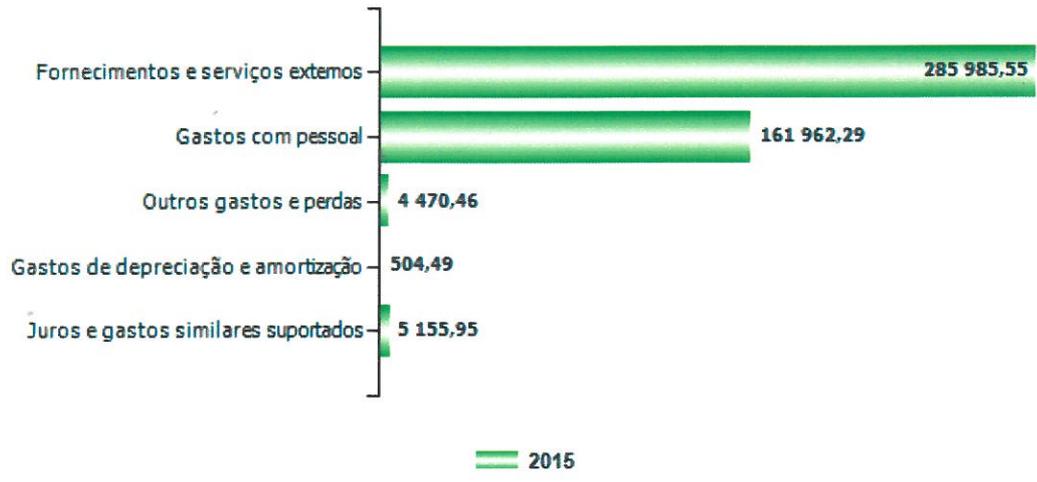
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



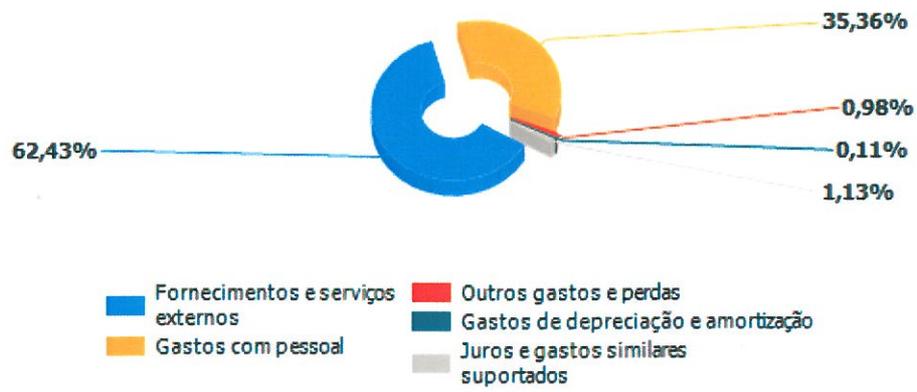
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Am

Estrutura de Gastos



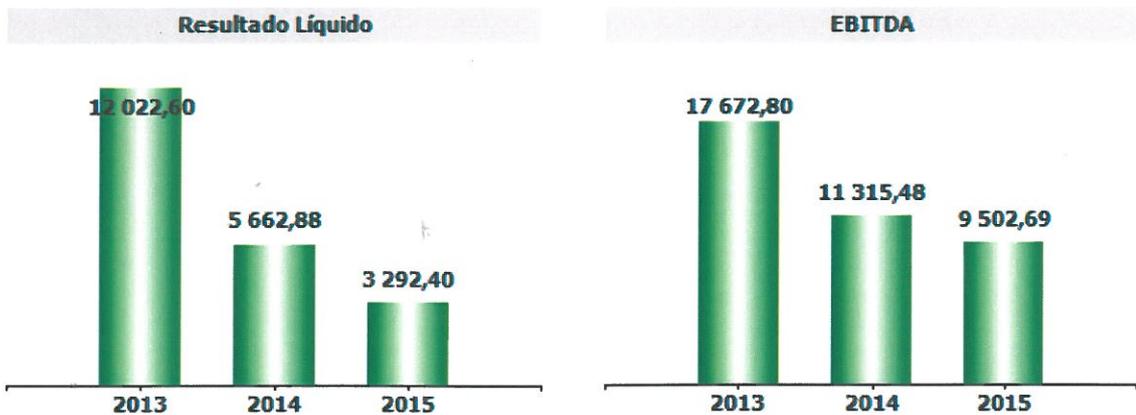
Estrutura de Gastos Percentual



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2015	2014	2013
Gastos com Pessoal	161 962,29	163 090,22	118 986,87

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2015		2014	
Ativo não corrente	3 199,72	1 %	1 042,89	0 %
Ativo corrente	627 798,23	99 %	563 694,84	100 %
Total ativo	630 997,95		564 737,73	

RUBRICAS	2015		2014	
Capital Próprio	44 814,10	7 %	47 184,58	8 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	150 884,72	27 %
Passivo corrente	586 183,85	93 %	366 668,43	65 %
Total Capital Próprio e Passivo	630 997,95		564 737,73	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A António Borges & Associados, SROC no período económico findo em 31 de dezembro de 2015 realizou um resultado líquido de 3 292,40€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2015
Resultados atribuídos	3.292,40

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Para 2016 e 2017, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente os países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento da Europa e Ásia Central em desenvolvimento tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2014 (2,1%) à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais. Contrariamente, o crescimento da Turquia superou as expetativas, crescendo aproximadamente 4,2% em 2015. Prevê-se que o crescimento nesta região (Europa e Ásia Central) recupere para os 3% em 2016, 3,5% em 2016 e 2017, mas com divergências significativas. A recessão na Rússia detém o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2016 se prolongue a recuperação económica já visível no ano passado. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2016-2017, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

O Banco de Portugal no seu Boletim de Dezembro de 2015 projeta de que a partir do final de 2015, e ao longo do horizonte de projeção restante (2016 e 2017), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas (1,7% em 2016 e 1,8% em 2017). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar, no entanto de alguma melhoria das expetativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos de 2016 e 2017. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança se mantenha estável.

137

As exportações deverão manter um crescimento robusto, em linha com a procura externa de bens e serviços, mais dinâmico em 2016 e relativamente estável em 2017.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2016 o Governo antevê uma taxa de desemprego de 11,2%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela OCDE.

Em Portugal a inflação deverá permanecer em níveis baixos. Após uma relativa estabilização dos preços em 2015, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com a recuperação económica.

No que concerne à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2016 e 2017 este item apresentará um crescimento sustentado.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2015, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global, das crises sociais e políticas europeias (veja-se a título de exemplo o Brexit ou a crise de relacionamento do governo polaco com as instituições europeias) e, em particular, da resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que medida a Europa enquanto macrorregião e união política de estados se fará impor quer no plano geopolítico internacional quer na organização política interna.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, e apesar da incerteza quanto à sua evolução em 2016, prevê-se alguma estabilidade nas atividades desenvolvidas pela empresa.

6 - Outras Informações

A António Borges & Associados, SROC não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2015.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na

sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da António Borges & Associados, SROC.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2016

A Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Borges', with a long horizontal stroke extending to the right.